



Bicentenário da  
Independência do Brasil

A detailed pencil sketch of the Museu Imperial building in Petrópolis, Brazil. The building is a long, classical-style structure with a central portico and a pedimented entrance. The foreground shows a wide, open area with a few small figures, including one person on horseback on the right side. The overall style is that of a historical architectural drawing.

# Anuário do Museu Imperial

*nova fase*

Edição 2022



Museu Imperial

# **Anuário do Museu Imperial**

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Museu Imperial

Anuário do Museu Imperial / Museu Imperial. - Vol. 1 (1940)- . Petrópolis: Museu Imperial, 1940- .

Anual

Primeira fase: 1940-1984

Edição comemorativa: 1995

Nova fase: 2020-

ISSN: 0103-2593

1. Brasil - História - Periódicos. I. Museu Imperial (Brasil). Título.

Bibliotecário Marcio Miquelino  
CRB/7-6271

IMAGEM DA CAPA: REIMARUS, Otto. *Vista do Palácio Imperial*. Petrópolis, 17/03/1854. Desenho, 21,0 x 28,0 cm. Coleção Museu Histórico de Petrópolis. Museu Imperial/Ibram/MinC.

# Anuário do Museu Imperial

*Nova fase*

Volume 3, 2022

ANTUNES DE CERQUEIRA, Bruno da Silva; ARGON, Maria de Fátima Moraes. *Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*. São Paulo: Linotipo Digital e Instituto Cultural D. Isabel, 2019. 888 p.

## O Terceiro Reinado no futuro do pretérito – Um novo olhar a respeito da transição de regime no Brasil

Gabriel Meirelles Pinto <sup>1</sup>

Em 2021, vivemos o centenário da morte de D. Isabel, personagem popularmente conhecida como “princesa Isabel”. Sua morte, ocorrida depois de mais de trinta anos longe do Brasil, não é um fato histórico de relevância nem mesmo entre historiadores. Mas, a obra resenhada parece análoga à imagem, que o livro apresenta, do velório de D. Isabel, no *Château d’Eu*, em 1921, por ser inédita e por fazer emergir, cem anos depois, a visão do corpo de Isabel sendo velado em sua cama, no dia de sua morte. Não apenas os dados trazidos sobre sua vida, suas relações e o que de mais importante aconteceu ao seu redor, mas também uma análise profunda da historiografia a seu respeito, abrem um novo caminho para a compreensão do Brasil daquela época e para as pesquisas futuras a respeito dos grandes movimentos e transformações ocorridos no país em finais do século XIX e início do XX, dos quais, aparentemente, D. Isabel não teria sido uma coadjuvante.

O livro *Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*, de Bruno da Silva Antunes de Cerqueira e Maria de Fátima Moraes Argon, não pode ser chamado de um trabalho definitivo sobre D. Isabel. Ele é mais do que isso. Primeiro, porque em História não é cabível a utilização do termo “definitivo”, já que toda pesquisa ilumina um tema e, ao trazer mais dados e reflexões sobre ele, fomenta novas perguntas a seu

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduado em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado e, em História, pela Faculdade Anhanguera.

respeito. Além do que, cada geração apresenta os seus questionamentos muito particulares, frutos de seu contexto. Em segundo lugar, a pesquisa é justamente um trabalho definidor do *status* em que se encontra o conhecimento histórico a respeito de temas diretamente ligados à D. Isabel ou correlatos à sua vida, tais como o abolicionismo, a Proclamação da República e o próprio exílio, amargado por ela e por gerações da família, o maior exílio de nossa História. Ao ler as quase 900 páginas da obra, não apenas temos todos os resultados de décadas de pesquisas, como temos apontados temas a serem aprofundados, e tantos vazios a serem preenchidos.

Uma reflexão, na epígrafe atribuída a Walter Benjamin, parece reveladora no que diz respeito ao modo através do qual os autores buscam justificar o olhar que apresentam sobre a vida de D. Isabel: “Uma das principais responsabilidades do homem é a de revelar o esquecido, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu” (BENJAMIN, Walter *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 10). Esta é a chave. E isso pode nos remeter à teoria historiográfica de Antoine Prost (2008, p. 158), que ressalta a importância das suposições para o trabalho do historiador: “Será possível compreender por que as coisas aconteceram dessa forma, sem nos perguntar se elas poderiam ter ocorrido de outro modo? Na verdade, imaginar uma outra história é o único meio de encontrar as causas da história real”.

Muitos aspectos da trajetória de D. Isabel estão diretamente relacionados àquilo que não foi, mas poderia ter sido; estão associados a projetos interrompidos, que nem por isso se tornam inexistentes, muito pelo contrário. Havia um abolicionismo que visava a cidadania dos escravizados depois do Treze de Maio, e mingou depois do Quinze de Novembro. Ou seja, havia uma articulação em torno de um plano de Terceiro Reinado, com D. Isabel à frente, com apoio de grandes abolicionistas. Esse abolicionismo e os seus projetos permanecem pouco visitados por pesquisadores<sup>2</sup>. A Proclamação da República, já considerada um golpe por grande parte da historiografia especializada, ganha contornos vivos nas letras de Bruno e Fátima, porque é analisada sob esse aspecto tão fundamental daquela suposição a respeito do que poderia ter sido.

Os vencedores da História, como vencedora foi a República brasileira, vieram responder não apenas a uma estrutura política anterior,

---

<sup>2</sup> Apesar da maior e mais completa pesquisa já publicada acerca do movimento abolicionista, por Angela Alonso, contudo muito distante de explorar a relação de D. Isabel com o dito movimento (ALONSO, 2015).

que predominava há tantas décadas, mas também – e principalmente – contra os projetos que vinham se articulando, planos de uma nova Monarquia. Se tantos estudiosos jogaram luz ao advento da República no Brasil, a partir de uma noção clara de rivalidade entre os republicanos e o Segundo Reinado, aqui, o estudo demonstra que a disputa se dava entre os republicanos e o Terceiro Reinado. Não à toa, Bruno de Cerqueira afirma de maneira tão taxativa: “A República de 1889 tem pecados originais. Ela nasceu militarista, machista, reacionária, antidemocrática e, o fato mais obnubilado, controverso, intencionalmente apagado, *racista* ou, para maior explicitação, contra os direitos de cidadania dos negros” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 114). Por isso, tantas páginas se dedicam ao tema do estabelecimento da República no Brasil.

A obra nos apresenta os resultados de décadas de pesquisas da historiadora e pesquisadora Fátima Argon, que, durante mais de trinta anos, trabalhou no Arquivo Histórico do Museu Imperial em Petrópolis (além de já ter dirigido interinamente a instituição), e de Bruno Antunes de Cerqueira, historiador que fundou o Instituto Cultural D. Isabel I a Redentora, em 2001, tendo empreendido décadas de pesquisa sobre a personagem e o abolicionismo.

O livro é dividido em duas partes: “A escrita de si no percurso biográfico de D. Isabel”, por Fátima Argon, e “Teoria e história da historiografia nos estudos isabelistas”, por Bruno de Cerqueira. Porém, como o próprio título do livro indica, toda a obra culmina nos textos autobiográficos de D. Isabel, quais sejam, o texto denominado “Memória para meus filhos”, escrito logo após o golpe de 15 de novembro, que narra os acontecimentos daquele dia e dos seguintes, e “Alegrias e Tristezas”, texto autobiográfico, apesar de curto, escrito provavelmente em 1908. Os autores apresentam as imagens desses documentos originais, suas transcrições e a tradução de “Alegrias e Tristezas”, escrito originalmente em francês, e, pela primeira vez, publicado em português. O leitor chega nos textos de D. Isabel já imerso em sua trajetória e nas reflexões a respeito da história construída sobre ela até hoje. Ela mesma diz tão pouco sobre si (menos do que gostaríamos) que o livro já não parece tão extenso como pode parecer à primeira vista. Por essa razão, a primeira parte da obra, desenvolvida por Fátima Argon, se torna tão importante. Trata-se da trajetória da princesa com base em diversas correspondências trocadas entre D. Isabel e seus entes mais próximos, numa análise voltada ao modo como ela se manifestava sobre si mesma, complementando, de certa forma, aquilo que a própria D. Isabel não escreveu sobre si nos textos autobiográficos. Essas correspondências, como indica a autora, nunca

foram escritas com a intenção de serem publicadas, de forma que existe um certo aspecto de espontaneidade e sinceridade no que tange ao seu conteúdo e às formas de se expressar. Importante dado que traz a autora é que, à época da organização do arquivo particular da família imperial, na década de 1920, a parte constituída de correspondência privada permaneceu em poder da família, por entender que se tratava de conteúdos pessoais e íntimos, portanto, somente de interesse para a história e a memória da família. Somente em 1999 o arquivo foi depositado no Museu Imperial e aberto ao público. Porém, também é verdade que havia clara consciência de que cartas sempre poderiam cair em mãos erradas e seus conteúdos poderiam ser revelados de alguma maneira. Até por isso, a autora faz uma ressalva a determinados temas não tratados por correspondência e os próprios remetentes advertiam aos destinatários que deveriam tratar de certos assuntos apenas pessoalmente, por ser mais seguro. Portanto, ainda que as cartas possam evidenciar alguns aspectos que seus missivistas não gostariam de revelar, também é verdade que existiam muitos cuidados e escrúpulos ao se expor por meio de cartas. Mesmo assim, como a autora expõe, baseada em Foucault, até com as pessoas mais próximas de sua convivência, parece inegável que D. Isabel e qualquer outra pessoa se utilizasse das correspondências para manifestar-se a si próprio e aos outros (ARGON; CERQUEIRA, 2019, p. 41), de forma que suas cartas podem compor um quadro importantíssimo sobre como ela representava a si mesma.

O que Fátima Argon expõe em primeiro lugar é que D. Isabel foi, de fato, educada para governar. Tanto ela como sua irmã, D. Leopoldina Thereza, receberam uma educação o mais próxima possível àquela dos homens de sua época. Principalmente D. Isabel, por ser a herdeira, teve o acompanhamento especial de D. Pedro II, e essa educação, por ser voltada a uma futura imperatriz, envolvia logicamente a questão política e os protocolos monárquicos. Citando o historiador Robert Daibert Junior, a autora aponta que, claramente, D. Isabel ia tomando consciência do papel que deveria desempenhar e ao qual estava destinada. Ela não parecia viver isolada, mas em convívio protocolar com as questões políticas que eram, para ela, moeda corrente e que compreendia com astúcia. Se a educação feminina oficialmente terminava no dia em que a mulher se casava, com D. Isabel não foi diferente, mas apenas em caráter oficial. O que Fátima afirma é que, apesar de seu marido, o conde d'Eu, passar a conduzir o projeto de educação da futura imperatriz, D. Pedro II seguia como supervisor e determinava certas normas e livros que ela deveria ler. O

trecho da carta é bastante ilustrativo e mostra como o imperador se preocupava com a educação de sua herdeira e sucessora:

Está absolvida; porem não se torne impenitente para leituras que a instrua. As divertidas tem seu cabimento; mas para isso é preciso antes aproveitar o resto do tempo. Se pareço rabugento é porque observo que Você tem esquecido muito do que lhe ensinaram, quando pelo contrario devia ter adquirido mais conhecimentos sem perder dos outros. Não se zangue com o sermãozinho [...]. (D. PEDRO II *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 58)

A correspondência data de 1875, quando D. Isabel contava com 29 anos. A autora aponta que, mesmo depois de encerradas as suas funções de preceptora, a condessa de Barral permanece opinando a respeito do que D. Isabel deve aprender. Um exemplo é sua primeira viagem ao exterior, em 1865, que, segundo a preceptora, deveria servir não só “como complemento de seus estudos, mas como desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito para ser útil ao Paiz que tanto espera de Vossa Alteza Imperial” (BARRAL, condessa de *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 68). Uma preocupação muito clara de D. Pedro II era a de que a filha tirasse sempre as suas próprias conclusões a respeito de tudo, inclusive dos livros e textos que lia. Segundo Roderick Barman, citado por Fátima Argon, o pai teria inserido D. Isabel no universo masculino do conhecimento. Ao mesmo tempo, havia uma etiqueta social que colocava a mulher sempre em certa dependência e obediência aos homens, primeiramente ao marido, mas também ao pai. Essa dualidade vai permear a vida de D. Isabel, filha, mulher, mãe e futura imperatriz.

Fátima aponta que, a partir do momento em que D. Isabel se vê pela primeira vez obrigada a assumir a regência, por conta da primeira viagem dos pais ao exterior, em 1871, há uma enorme discussão política sobre a legalidade/constitucionalidade de D. Isabel assumir o poder e em que medida ela poderia usufruir da plenitude dos poderes majestáticos. Foi necessário regulamentar a regência hereditária, com discussões enérgicas no Conselho de Estado e na Câmara. Sabemos que essa sua primeira regência ficou marcada pela aprovação da Lei do Ventre Livre, mas também, como lembra D. Pedro II (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 81), pela reforma da Lei de Três de Dezembro de 1841. A possibilidade de reforma dessa lei, que já havia, em 1841, reformado o

código do processo criminal estabelecido nos anos de 1830 (no âmbito das reformas regenciais) havia sido colocada em pauta diversas vezes, em especial pelo Partido Liberal, mas sua revisão, de fato, nunca havia caminhado até aquele momento. No âmbito da primeira regência de D. Isabel, Fátima ressalta que, desde 1864, o imperador havia externado sua intenção de que o governo conduzisse uma lei para encaminhar o fim da escravidão, dando vazão a um dos tipos de abolicionismo que serão tratados nesta obra: o abolicionismo dinástico, como nomeou Joaquim Nabuco. D. Isabel será o maior símbolo deste tipo de abolicionismo. A Guerra do Paraguai adiou a questão, mas em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre livre.

Fátima Argon apresenta um panorama sobre a intensa participação feminina nos bastidores da política, já que não tinham voz no debate público. A questão do fim da escravidão foi tratada, segundo ela, por várias mulheres ao redor de D. Pedro II, dentro de seu círculo íntimo. Havia, ao que parece, uma articulação entre elas, notadamente entre D. Isabel e a condessa de Barral, por exemplo, no sentido de libertarem os seus próprios escravizados, o que a herdeira do trono fez por ocasião de seu casamento e o que Barral fez quando se tornou viúva. Mais do que isso: correspondências entre D. Isabel e seu pai às vésperas da votação, referente à Lei do Ventre Livre no Senado, mostram quão informada ela estava em relação ao posicionamento de cada um dos membros da casa, fazendo as contas de que a lei teria grandes chances de ser aprovada. Ela cita nominalmente os senadores contrários à lei.

Não deixa de ser surpreendente uma carta que D. Isabel remete a D. Pedro II logo após a sua primeira regência, falando um pouco de sua experiência e criticando o pai em alguns de seus modos de proceder. Ela chega a dizer que “O meu maior fantasma é o tal poder pessoal de que accusam o meu bom papaizinho e que julgo deve provir do emperramento a que lhe atribui vou por tudo em pratos limpos”. Sobre a relação com os ministros, que pode ter relação com a acusação do poder pessoal, D. Isabel é taxativa: “Não se julgue tão infallível, mostre-se mais confiante n’elles, não se metta tanto em negocios que são puramente da repartição d’elles [...]” (D. ISABEL *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 87). Sabemos que os anos de 1860, com toda a reorganização partidária que trouxe ao cenário político o surgimento e a derrocada da Liga Progressista<sup>3</sup>, e depois a criação do novo Partido Liberal, apresentou uma

---

<sup>3</sup> Uma pesquisa aprofundada a respeito da formação e do declínio da Liga Progressista está presente na obra de Eide Sandra Azevêdo Abrêu, *O Evangelho do Comércio Universal* (2012).

discussão intensa sobre o papel do imperador dentro do sistema político, favorecendo publicações e tratados a respeito do Poder Moderador<sup>4</sup>, mas também publicações a respeito do poder que D. Pedro II exercia no âmbito do Poder Executivo, ou seja, na relação que estabelecia com os seus ministros<sup>5</sup>. A regente parecia estar completamente a par das discussões e aconselha o pai a como evitar mais acusações. Da mesma forma como se coloca de modo firme com o pai, D. Isabel já nutria, assim como o imperador, grande incômodo pela falta de liberdade nas eleições. Em 1868, ela escreve uma carta ao pai sobre como havia ocorrido as eleições no interior de Minas Gerais, e termina se perguntando: “Quando o voto será livre?!” (D. ISABEL *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 88). Essas eleições são importantes porque ocorreram após a famosa inversão partidária, supostamente realizada pelo imperador e através da qual ele trocou o governo, demitindo Zacarias de Góes e Vasconcellos, um liberal advindo da Liga Progressista, e nomeou em seu lugar um conservador “puro”, mesmo tendo Zacarias a maioria na Câmara<sup>6</sup>.

Fátima apresenta correspondências que iluminam também qual seria o pensamento de D. Isabel a respeito da relação Igreja-Estado e a discordância que, sobre esse tema, havia entre ela e o pai. Durante a famosa Questão dos Bispos, ou Questão Religiosa, como mais popularmente se conhece o caso, D. Isabel defende os bispos e deixa entender que discorda de seu pai, que havia sido favorável à prisão dos religiosos. As longas cartas trocadas entre pai e filha são de especial interesse, embora não nos caiba inseri-las aqui. O que é digno de nota é uma reflexão de D. Isabel na qual ela sugere uma crítica a um determinado constitucionalismo de D. Pedro II na análise deste caso. Isso porque,

---

<sup>4</sup> Como exemplo, podemos lembrar das obras: *Da natureza e limites do poder moderador* (1862), de Zacarias de Góes e Vasconcellos; *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), do visconde do Uruguai; *Direito público Brasileiro e a análise da constituição do Império* (1857), do marquês de São Vicente; e as famosas *Circulares* (1860), de Theophilo Ottoni.

<sup>5</sup> A grande obra de referência nesse sentido é a escrita por Tito Franco de Almeida, em 1867, denominada *O Conselheiro Francisco José Furtado: biografia e estudo de história política contemporânea*. Trata-se, talvez, da mais violenta publicação contra o poder pessoal do imperador, denominando sua ação como *Imperialismo* e chamando a atenção para sua atuação como chefe do Poder Executivo, ou seja, em sua relação direta com os ministros. D. Pedro II anotou às margens de sua edição do livro as respostas às acusações contra ele. Este original se encontra, hoje, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

<sup>6</sup> Muitos autores, como Sergio Buarque de Holanda, consideram esta inversão como o início do fim da Monarquia. Porém, recentemente, pesquisadores têm questionado essa versão, como Celio Tasinafo (TASINAFO, 2006 *apud* OLIVEIRA; PRADO; JANOTTI, p. 115).

segundo ela, a Constituição brasileira de 1824 “disse que havia *placet* porque n’aquelle momento podia existir. Acaso quando os escravos acabarem, havemos de invental-os novamente porque a constituição fala d’elles?!” (D. ISABEL *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 92). O *placet* era a aprovação que o imperador havia que dar às bulas papais para que elas pudessem valer em território nacional, assim estabelecia a Constituição. Apesar de ser uma forma bastante coloquial de se dirigir ao pai, seu modo de pensar já estabelece uma lógica bem distinta da do imperador. Não apenas porque ela sempre procurava se submeter à Igreja, mas porque via as coisas de forma mais dinâmica do que o pai, aparentemente. Algum tempo depois, a anistia foi concedida aos bispos, o que não agradou grande parte dos maçons, que, nesse caso, se viam como vítimas dos religiosos que haviam sido presos. Fátima Argon apresenta uma teoria da historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita sobre a construção da imagem da herdeira do trono como uma fanática religiosa ou uma “beata”, em sentido pejorativo, que advém da narrativa criada pelos maçons naquela época. Essa será uma questão fulcral e muito explorada também na segunda parte do livro. D. Isabel era considerada uma católica ultramontana, ou seja, que, em linhas gerais, reconhecia a soberania das leis da Igreja sobre as leis do Estado.

A Terceira Regência, pode-se dizer, é como se fosse a espinha dorsal da obra em questão, se pensarmos que foi naquele período que D. Isabel “ensaiou” o Terceiro Reinado, encampou a luta abolicionista e viu surgir ao seu redor diversos planos que iam além da abolição imediata da escravidão. As correspondências apresentadas por Fátima Argon nos dão indícios daquilo que será problematizado de forma intensa na segunda parte da obra. Uma carta que D. Isabel envia à sua mãe explicando por que demitiu o presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotegipe, para nomear o abolicionista João Alfredo Corrêa de Oliveira em seu lugar, demonstra a sua intenção mais urgente: abolir a escravidão. A última frase da correspondência, porém, pode levar a muitas elucubrações: “Há muito o que fazer, mas isto antes de tudo” (D. ISABEL *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 97). Há muito o que se pesquisar para dar conta do que seria o “tudo” a que ela se refere, para além da simples abolição, mas esta obra já nos dá grandes subsídios.

Cartas entre D. Isabel e uma de suas melhores amigas, Amandinha Paranaguá, a baronesa de Loreto, mostram que ela presenciava as discussões no Senado a respeito da aprovação da Lei Áurea e a informava sobre tudo o que se passava dentro da rede de mulheres abolicionistas que foi se formando ao redor da regente. No Treze de Maio, D. Isabel escreve

aos pais a carta que comunica a aprovação da lei, carta reproduzida pela autora e que, segundo ela, denota grande alívio por parte da princesa imperial, ao que pese o estado gravíssimo em que se encontrava seu pai na Europa. Fátima não entra em maiores detalhes a respeito da instalação da República e do exílio de D. Isabel, já que o tema será bastante aprofundado na segunda parte de livro, desenvolvida por Cerqueira.

É representativo que Cerqueira inicie a segunda parte da obra abordando Ruy Barbosa. É como se ele fosse o representante da historiografia que se construiu a respeito de D. Isabel. Foi um dos políticos importantes do Império que não apenas aderiu à República, como ajudou a legitimá-la, e escreveu muitas vezes na imprensa contra o reinado de D. Isabel, acusando um suposto conluio bragantino-orleanista que governaria o Brasil em caso de um Terceiro Reinado. Já em 1914, após viver décadas na República que ajudou a estabelecer, Ruy Barbosa fez um discurso famoso e melancólico que continha críticas muito duras à República, a seus homens e às suas instituições, em especial a Justiça. Mas, mais importante do que isso (ao menos no que diz respeito ao mote desta obra), em 1919, Ruy Barbosa fez uma análise da situação dos negros no país no período pós-abolição, durante a República. Depois de um diagnóstico demasiado crítico em relação ao governo republicano e mesmo à forma como a abolição foi estabelecida, ele enxerga a necessidade de uma segunda abolição. Mas, de maneira já desenganada, Ruy explica que isso apenas poderia ocorrer se o movimento abolicionista tivesse sobrevivido à sua obra, qual seja, a abolição. Segundo ele, o movimento pereceu porque se degenerou quando adotou o que ele chamou de “culto da princesa redentora” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 111). À República, Ruy apenas imputa a culpa da indiferença, enquanto os cabeças do movimento abolicionista teriam “adormecido em seus lauréis”. Bruno de Cerqueira, diferente do que avaliou Ruy Barbosa, sugere que a República é que foi a responsável pelo fim do movimento abolicionista. O que a pesquisa sustenta é que a República “está longe de ter sido um golpe contra a realeza brasileira, somente; foi um golpe contra os negros, foi o golpe de morte no *Partido Abolicionista*”. O sono dos líderes abolicionistas pode ter sido deveras forçado e, muitas vezes, violento. Fugindo de uma visão teleológica, e assumindo que “há diversos futuros do pretérito, em matéria de História” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 124), Bruno de Cerqueira aponta que um Terceiro Reinado poderia ter sido abolicionista e “feminino”, não somente em referência ao gênero da

imperatriz (D. Isabel I), mas também ao “empoderamento” das mulheres que ela apreciava.<sup>7</sup>

O mote do livro leva a crer que, do ponto de vista historiográfico, muito do que, hoje, se fala e como se refere à D. Isabel tem origem na disputa ao redor de sua figura já na época em que vivia na iminência de reinar e, depois, exilada. A forma como a denominamos, *princesa Isabel*, já seria em si um sinal claro da tentativa de diminuição de seu papel histórico. Trata-se, de fato, de uma armadilha conceitual, como aponta o autor. Nenhum membro da família imperial jamais foi denominado de tal forma, nem mesmo os filhos de D. Isabel, sempre denominados como “Dom”. O autor demonstra que mesmo entre a população menos letrada, a herdeira era chamada princesa Dona Isabel. Chamá-la apenas de princesa já demonstra uma diminuição de seu papel, numa associação de sua imagem a uma senhora doce e branca, em suma, “uma princesinha que resolveu ‘conceder’ a liberdade aos negros”.

Por conta de a tese da obra girar em torno do fato de que a República foi um golpe contra o Terceiro Reinado e, de certa forma, contra o abolicionismo, Cerqueira trata de investigar muito bem o evento de Quinze de Novembro. Primeiramente, a rede de apoio ao redor de D. Isabel em 1888 e 1889 parece ser muito maior do que se imaginava. A família Mendes de Almeida, originada no Maranhão, mas espriada em São Paulo e Rio, é um exemplo, apenas para fugir um pouco dos monarquistas mais consagrados como Joaquim Nabuco e André Rebouças. Eles e tantos outros agiram em favor do Terceiro Reinado e trabalharam pela restauração da Monarquia com o então ex-senador Manuel Pinto de Souza Dantas e seu filho. Ao longo do livro, outros nomes de primeira importância da política imperial vão sendo citados, como o visconde de Outro Preto e seu filho, o conde de Affonso Celso, Gaspar Silveira Martins, visconde de Taunay, João Alfredo Corrêa de Oliveira, entre outros, que queriam reagir à República. Fato comum entre eles é que foram, em maioria, abolicionistas. Cerqueira lembra bem da obra da historiadora Maria de Lourdes de Monaco Janotti (1986), *Os Subversivos da República*, que busca trazer à tona a atuação das pessoas que se opuseram à República depois do Quinze de Novembro, descortinando episódios pouco conhecidos e desfazendo um pouco a ideia de que a instauração da República foi um processo pacífico. Isso sem falar em todas as guerras civis e massacres que tiveram lugar anos depois da instauração

---

<sup>7</sup> Assunto pouco explorado a contento, mas que ganha registro nas titulações isabelinas, p. 811-812.

da República, os quais o livro cita e resume de forma bastante didática. É interessante, porém, que Janotti conclui sua pesquisa dizendo que:

[...] a própria República consagrou as bandeiras monárquicas na sua prática política. Assim, os tão temidos “males do federalismo” – apontados pelos monarquistas – foram praticamente eliminados pelo regime republicano que, até hoje, se revela centralizador, autoritário e antidemocrático. O presidencialismo acabou enfeixando em suas mãos tal soma de poderes que se transformou em herdeiro dos poderes imperiais. Se o grande medo dos monarquistas era – na aparência – o fracionamento e – na essência – a revolução democrática, eles puderam considerar-se vitoriosos: foram esmagadas todas as veleidades dessa natureza. Predominou na República o conservadorismo dos Conselheiros do Império. (JANOTTI, 1986, p. 265)

A conclusão da autora é bastante distinta daquela apresentada por Bruno Cerqueira. Talvez, a diferença seja justificada pelo recorte. Se Maria de Lourdes Janotti analisa certos monarquistas e olha para eles como pessoas interessadas em manter o *status quo* do Segundo Reinado, Bruno de Cerqueira apresenta os monarquistas que defendiam o Terceiro Reinado e o abolicionismo, os quais pareciam ser a imensa maioria em torno de D. Isabel, se não a sua integralidade. Portanto, há uma brecha historiográfica das mais interessantes para ser analisada e discutida. Fato inegável é que Bruno de Cerqueira traz substrato à teoria de que a República teria sido um golpe contra o reinado isabelino. Um deles é o testemunho do diplomata norte-americano James Fenner Lee sobre o golpe de 1889, no qual aponta que uma das motivações de Deodoro teria sido a iminência da abdicação de D. Pedro II em nome de D. Isabel (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 143). Além disso, o autor traz indícios de que, ainda que Deodoro não fosse um *fazendeirista*, ou seja, alguém ligado à elite rural escravocrata, era sua ideia nomear como novo presidente do gabinete, depois da queda de Ouro Preto no Quinze de Novembro, o conselheiro Paulino Soares de Souza (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 222), um escravocrata convicto, inimigo de morte da Lei Áurea. Da mesma forma, Bruno apresenta em sua “Cronologia isabelina e isabelista” que Deodoro nomeia, já em dezesseis

de dezembro de 1889, João Baptista de Sampaio Ferraz como chefe de polícia da capital. Embora não haja apontamento, aqui, de referências, já que se trata de uma cronologia, o autor afirma que João Baptista era inimigo público da Guarda Negra da Redentora e que iniciou uma espécie de caça às bruxas na perseguição aos seus líderes (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 657).

Para Joaquim Nabuco, estava mais do que claro que a República seria *fazendeirista* e não permitiria a consolidação do Treze de Maio. Ele e outros importantes abolicionistas trocavam cartas que demonstravam a preocupação com a sorte do Terceiro Reinado, tendo, inclusive, Nabuco escrito cartas ao abolicionista republicano João Clapp chamando-o a unir-se ao Terceiro Reinado. O pesquisador e cientista político Christian Lynch é citado pelo autor para reforçar que havia, de fato, um movimento que defendia a ideia de saltar da Monarquia para a Democracia, ainda sob regime monárquico, e cita grandes nomes que trabalhavam para isso: Nabuco, André Rebouças e visconde de Taunay, que estavam ao lado do presidente do gabinete de ministros João Alfredo Corrêa de Oliveira, que levou à cabo o projeto da Lei Áurea (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 150).

Uma vez destronada a Monarquia e extinta a possibilidade do Terceiro Reinado, a Primeira República promoveu, nas décadas seguintes, uma tentativa de se legitimar. D. Isabel vivia no exílio, assim como seu filho e herdeiro D. Luiz, considerado grande ameaça à República<sup>8</sup>. Se o golpe de Quinze de Novembro foi efetuado contra o Terceiro Reinado, é relevante entender qual relação estabeleciam os homens desta República com o legado de D. Isabel e o que ele significava. Fundamental, nesse sentido, que o autor traga à tona as ideias de autores desse período, que narram a sua versão sobre o golpe e o que teria significado o reinado de D. Isabel. Um deles é Antonio Coêlho Rodrigues, antigo membro do Partido Conservador, crítico acérrimo de D. Isabel, antiabolicionista e amigo próximo do barão de Cotegipe, aquele que foi necessário derrubar para fazer tramitar o projeto da Lei Áurea. Aderente à República, ele escreveu a obra *A república na América do Sul*, que descreve a suposta fala do barão de Cotegipe sobre a possibilidade do Terceiro Reinado: “O Imperador é o Império e o Império é o Imperador. A Princesa não há de subir ao trono e,

---

<sup>8</sup> D. Luiz era o segundo filho de D. Isabel, mas se tornou o herdeiro dinástico em 1908, com a abdicação de seu irmão mais velho, D. Pedro de Alcântara. D. Luiz escreveu manifestos sobre questões internas brasileiras e agiu para tentar restaurar a Monarquia. Ainda antes de se tornar oficialmente o herdeiro, em 1908, tentou desembarcar no Brasil, mas foi sumariamente proibido pelas autoridades brasileiras.

se subir, terá chegado a vez da República, que deverá ser feita por nós conservadores” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 168). O mais surpreendente é que a obra é uma tentativa de apontar a restauração da Monarquia como uma saída melhor do que manter o regime republicano daquele momento. Coelho Rodrigues não sugere uma Monarquia com D. Isabel no poder, é claro, mas liderada por seu filho. Afinal, ela era uma “mulher cheia de velharias do direito divino”:

[...] depois da tolice que fizemos a Quinze de Novembro, só podemos fazer outra maior, que será manter o status quo, apesar das duras provações que nos tem custado e nos vai levando fatalmente à dissolução do Brasil, cuja unidade vale incomparavelmente mais do que sua forma de governo. (RODRIGUES, Antonio Coelho *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 171)

Neste resumo de caso, segundo o autor, temos uma amostra importante das contradições dos homens públicos da Primeira República. O maior traço de coerência entre esses autores é a verdadeira repulsa que nutriam por D. Isabel. O problema é de gênero, segundo Bruno de Cerqueira, mas não só. Ele aponta que: “Talvez com a leitura desses homens se possam compreender melhor as razões pelas quais negros e pobres não podiam ser bem encaixados naquela anti-república que se construía.” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 172). Haveria, portanto, uma clara relação de oposição ao abolicionismo, que, segundo muitos agentes da época, teria sido um romantismo inconsequente e perigoso (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 175). Portanto, a concepção teleológica, apresentada por grande parte da historiografia, de que a República viria de qualquer maneira, como que naturalmente, parece uma grande conquista da propaganda republicana, porque, em grande medida, retira do Quinze de Novembro o seu aspecto reacionário e o substitui por um movimento natural do tempo, ou seja, o oposto.

Ao tratar sobre a historiografia a respeito de D. Isabel, Cerqueira não poderia deixar de lançar seu olhar sobre todos os autores que se debruçaram sobre a trajetória da princesa imperial. Ressalva importante apresentada pelo autor é que o marido de D. Isabel, o conde d’Eu, teve uma biografia publicada antes de sua esposa. E, durante muito tempo,

apenas homens haviam escrito sobre D. Isabel, até que, em 1966, Dinah Silveira de Queiroz publica sua obra sobre a princesa bastante romanceada. Depois disso, apenas em 2009, a historiadora Maria Luiza de Carvalho Mesquita escreveria sua dissertação de mestrado explorando a trajetória isabelina e as articulações para um Terceiro Reinado.

Dito isso, a análise embasada de cada biógrafo de D. Isabel não transmite simplesmente os silêncios e as revelações de cada um sobre a personagem, mas o autor se utiliza desses estudos para se aprofundar em determinados temas correlacionados aos tratados pelos autores elencados, de maneira que Cerqueira permanece revelando resultados de pesquisa e dados que complementam aquelas informações passadas pelos biógrafos, seja para acrescentar, reforçar ou discordar deles. Sendo assim, se faz importante comentar sobre alguns autores cujas análises ele aprofunda de forma mais rica, aqueles que são temas basilares desta obra, tais como as motivações para a República, o abolicionismo, o racismo e o machismo, que outorgaram ao gênero feminino de D. Isabel, com a sua religiosidade e seu apoio à causa negra, as razões pelas quais a República se apresentava cada vez mais como um freio importante às mudanças que se anunciavam.

Voltando-se para a análise de Pedro Calmon, o primeiro a biografar D. Isabel, mesmo que a contragosto e a pedido do conde de Affonso Celso, Cerqueira contextualiza o momento de sua publicação. Trata-se do ano de 1941, já na ditadura do Estado Novo, ou seja, há mais de uma década do fim daquilo que se denominou República Velha. Como já vimos, a Primeira República foi uma época que ainda predominava uma certa ojeriza à D. Isabel e ao que ela representava. A Monarquia parecia ainda uma ameaça, mesmo que distante. Mas, no ano que Calmon escrevia seu livro, Vargas inaugurava o mausoléu imperial em Petrópolis, mais uma de suas ações para aproximar sua imagem a da Monarquia, para disso tirar proveito. Bruno de Cerqueira afirma que Calmon inaugurou uma ideia muito corrente até os dias de hoje segundo a qual, D. Isabel, ao assinar a Lei Áurea, estaria automaticamente perdendo o trono, como se houvesse uma relação de causa e efeito evidente e que ela fosse, ao mesmo tempo, a grande abnegada, que tudo entregou para libertar os negros, e a grande culpada pelo fim da Monarquia. Para Calmon, o Treze de Maio teria sido uma revolução e, por isso, teria tido consequências drásticas, mas Bruno de Cerqueira problematiza:

D. Isabel, por seu turno, definitivamente, não pode ser culpada pelo Quinze de Novembro. Foram os militares e o republicanismo nada democráticos –

incluindo a defesa da *ditadura republicana*, pelos positivistas – de nosso Oitocentos que fizeram a República de 1889. Não foi a abolição, de *per se*. Isto é, inexistem causa e efeitos evidentes, ao menos ao nível do que propuseram os pensadores mais conservadores” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 223).

Por vezes, Bruno cita uma entrevista que D. Isabel concedeu a Tobias Monteiro em 1920, já no final de sua vida, na qual ela fala justamente sobre isso. Ela teria dito ao seu entrevistador que, em 1888, não acreditava que a abolição significaria o fim da Monarquia, pelo contrário, parecia ciosa de seu reinado e pensava que esse ato da libertação dos escravos, talvez revolucionário, atrairia mais a estima da nação (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 231). Inclusive, a ideia da abolição como revolução enseja que ela teria sido um golpe, termo utilizado por Calmon e pela própria D. Isabel, e reiterada por Cerqueira, que o define como golpe contra o parlamentarismo monárquico, que D. Pedro II também já praticava há décadas. Isso porque o barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros até março de 1888, não pôde indicar o seu sucessor, de maneira que a princesa regente indicou quem ela quis, justamente para acabar com a escravidão. Ainda que seja um tema marginal na obra, ele é recorrente. Por isso, parece importante problematizar a afirmação de que o sistema de governo fosse de fato parlamentarista e que D. Pedro II, assim como D. Isabel em 1888, teria aplicado um golpe contra esse parlamentarismo. Seria, talvez, mais prudente afirmar que o golpe de D. Isabel, assim como de seu pai em algumas oportunidades, teria ocorrido contra a praxe de um governo representativo, mas não um golpe segundo o entendimento de que se trata de um ato inconstitucional. No sentido do que afirma Sergio Buarque de Holanda (2012), pode haver a interpretação de que D. Pedro II agia contra o “espírito do regime”, um espírito que não constava na letra fria da Carta Constitucional.

A obra do autor Roderick Barman sobre D. Isabel é a primeira a analisar a sua trajetória tendo como foco principal o gênero da personagem. Por isso, se torna uma análise emblemática, já que Cerqueira também busca analisar os olhares da época a respeito da regente sob esse prisma. Apesar de todos os méritos que Bruno de Cerqueira dá ao autor, existem sutilezas que apontam para uma certa falta de coerência de Barman. Em que pese a tentativa de analisar D. Isabel a partir do lugar

social ao qual seu gênero era relegado no século XIX, ele próprio atribui algumas características de D. Isabel como sendo inatas ao seu gênero, ou seja, ao fato de ser mulher no século XIX e aceitar, até infantilmente, sua posição de mulher. Na verdade, o que Bruno de Cerqueira argumenta é que Barman se baseia em narrativas e correspondências de quando D. Isabel era uma jovem princesa e, ao compará-la com a prima-tia, rainha Victoria, para ressaltar a submissão da princesa contraposta à imagem forte da monarca inglesa, que, com 18 anos, assumiu o reino britânico. Bruno de Cerqueira diz que “A menina de 19 e 20 anos que desfilava pela Europa como *Isabelle Comtesse d’Eu*, não era ainda, nem de longe a provável D. Isabel I que existiria no futuro, quando D. Pedro II morresse” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 297). Isso faz sentido se pensarmos que no mesmo livro de Barman, ele dedica um capítulo no final que mostra como D. Isabel se tornou dona de si no exílio. Ora, no exílio, foi quando ela assumiu a chefia da Casa Imperial e era tratada por muitos como imperatriz. Mas, não é necessário ir tão longe: no ano 1883, segundo Bruno de Cerqueira, citando José Ubaldino do Amaral, biógrafo do visconde de Maracaju, ocorreu que, estando o visconde em um dos saraus na casa de D. Isabel, surgiu o assunto das sufragistas inglesas. Eram unânimes em recriminar a reivindicação feminista. Quando perguntaram a opinião de D. Isabel, ela teria respondido: “Penso que, num país onde as mulheres podem reinar, elas devem votar” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 305-306). Considerada revolucionária por muitos, devido à abolição, e, por outros, como uma dona de casa e mulher perfeitamente conformada com o seu lugar determinado pelos homens, como apresenta Barman, D. Isabel parece mesmo se encontrar no lugar de uma pessoa real. O fato é que essa pessoa real que emerge está muito mais próxima de alguém que, sim, esperava sua vez, mas que não hesitou quando teve que agir politicamente.

O último gabinete do Império claramente foi formado sob a influência de D. Isabel, a julgar pelas pessoas que o compuseram e pelo teor do plano de governo, pois o gabinete apresentou um pacote de reformas, as mais ousadas até então. Nesse sentido, a relação de D. Isabel com os comerciantes também é ressaltada por Bruno de Cerqueira. Isso porque grande parte deles seria a favor da estabilidade que a Monarquia proporcionava ao ambiente dos negócios, além de outras reivindicações, como um parlamentarismo mais efetivo, maior autonomia de províncias e municípios, ampliação de crédito, fomento da indústria, entre outras coisas. Muitas dessas bandeiras estavam presentes justamente na proposta de reformas do último gabinete do Império. Um fato interessante é que,

um mês antes do famoso baile da Ilha Fiscal e da instauração da República, a Associação Comercial do Rio de Janeiro ofereceu um enorme baile no Cassino Fluminense em comemoração às bodas de prata de D. Isabel e o conde d'Eu. É importante citar também, no âmbito das relações de D. Isabel, alguns outros apoiadores do Terceiro Reinado advindos do campo das artes e da literatura. Bruno de Cerqueira, ao longo da obra, fala de personalidades de inclinação progressista, como Eduardo Prado, um dos fundadores da ABL, Victor Meirelles, Carlos de Laet, Euphrasia Teixeira Leite, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Taunay, entre outros.

Barman, como conclui Bruno de Cerqueira, realmente dá voz à D. Isabel em sua biografia, mas, em suas conclusões, acaba falando por ela e cai em lugares-comuns já explorados por outros autores. Chama a atenção sobre como é difícil lidar com a imagem e com os julgamentos a respeito dessa personagem, mesmo quando se propõe um olhar de um ponto de vista diferente, mais de acordo com os valores do século XXI. Qualquer pesquisador que se atenha à D. Isabel tem de lidar com um emaranhado historiográfico e ideológico impregnado por um legado de textos e publicações de pessoas contemporâneas a ela, que tinham os mais variados interesses e posições (que claramente precisam ser problematizados), e que formaram toda uma escola de autores e pesquisadores que tomaram por base essas fontes e, em parte, sucumbiram frente a elas.

Um exemplo do quão difícil é desfazer e escapar do emaranhado envolto à imagem da princesa imperial é a análise que Bruno de Cerqueira traz sobre a obra escrita pela historiadora Mary Del Priore. Assim como em outros autores, é interessante a relação existente entre a compreensão teleológica de que a República no Brasil era questão de tempo ou “inexorável”, como aponta Bruno, e a ideia de que D. Isabel foi uma figura menos importante e, de certa forma, passiva excessivamente, uma mulher do seu tempo. A crença na inexorabilidade da República tem, até hoje, consequências ruins para a compreensão a respeito dos projetos de continuidade de uma Monarquia reformada e pós-abolicionista, nos quais a figura de D. Isabel era central por razões claras. Isso ocorre porque, como aponta Bruno, “*O Castelo de Papel*” visa levar os leitores a introjetarem a inexorabilidade da República brasileira com a inviabilidade do Terceiro Reinado” (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 460). Um projeto inviável para a sustentação de um regime “atrasado” leva à conclusão, já tão ventilada, de que o Império “caiu de maduro”. E até que nos perguntemos a que respondeu o movimento que decretou a República e busquemos razões ativas para um golpe que concretizou uma mudança

tão brusca, pode-se correr o risco de olhar, até hoje, para esse episódio como um movimento natural da História.

No caso do livro de Del Priore, a consequência parece ser grave: ela nega completamente que havia qualquer questão de gênero envolvida na rejeição em se ter D. Isabel como imperatriz do Brasil. Seu argumento é de que “as brasileiras foram, desde sempre, matriarcas e matronas que faziam viver suas famílias e dependentes”. Mais adiante, ela afirma que “ninguém estranhava as ordens de uma mulher e muitos dos políticos e grandes do Império tiveram mães invasivas, mandonas e duronas” (DEL PRIORE, Mary *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 463). Ela encaminha sua argumentação dizendo que o positivismo da mocidade militar envolvida na instauração da República pregava a igualdade entre homens e mulheres, colocando um como complementar ao outro. Primeiramente, o que Bruno afirma é que nenhuma das citadas matriarcas pôde sequer ambicionar qualquer poder no âmbito político, que é um ambiente completamente distinto do familiar. A História mostra que a política é uma instância de poder dominada pelos homens e que, no final do século XIX, ainda não se admitia a presença de mulheres, como suas mães ou esposas. Del Priore diz que o problema era que os direitos das mulheres não eram discutidos, mas que elas atuavam mesmo assim, da maneira que podiam. Ela delinea, então, uma separação clara entre a negação desses direitos e a liberdade e a atuação social. Ainda que houvesse essa clara distinção, o espaço de poder público e de funções políticas estava completamente fechado às mulheres, o que até Del Priore reconhece. Mas seria justamente nesse âmbito que D. Isabel iria atuar. Portanto, não parece cabível afirmar com tanta segurança que contra ela não se manifestava o que hoje podemos chamar de machismo.

Sobre o Positivismo, Bruno de Cerqueira cita Silva Jardim, um dos maiores republicanos civis positivistas. Sobre D. Isabel, ele diz: “É-lhe o primeiro e original obstáculo o seu sexo. Meus senhores, no conjunto de sua sábia legislação, a Nação francesa tinha incluído a lei sálica, que impedia à mulher de subir aos degraus do trono” (SILVA JARDIM, Antonio da *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 465). Ele deixa claro que a natureza delinea claramente qual deveria ser a função de cada sexo e, quando “a mulher sai fora de seu papel – se há dito – deslustra o seu sexo, e consegue apenas tornar-se um mau homem... Brilhantes exceções aponta-nos a História; mas quem não vê que entre essas não pôde alinhar-se a nossa infantil princesa?” (SILVA JARDIM, Antonio da *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 465). Claro que seria útil fazer uma contextualização mais

aprofundada desses textos críticos ao gênero de D. Isabel, o que não caberia à obra de Bruno de Cerqueira e Fátima Argon. De qualquer maneira, é muito claro que o emaranhado criado a respeito de D. Isabel rendeu frutos, difíceis de superar.

Dentro do emaranhado anti-isabelista, que dificulta o estudo a seu respeito, a religiosidade da personagem, assim como sua suposta submissão à Igreja, são aspectos importantíssimos. Por isso, e por fim, torna-se necessário passar pela análise que Bruno de Cerqueira faz da pesquisa de Robert Daibert Junior, de seu mestrado na Unicamp e de seu doutorado na UFRJ. Bruno afirma que se trata da maior contribuição acadêmica até hoje sobre D. Isabel. Daibert sustenta, de certa forma, a teoria geral de que a República foi, de fato, um movimento para abortar o Terceiro Reinado, embora caia em algumas contradições a respeito da divisão do movimento abolicionista, segundo Bruno. Sobre a religiosidade de D. Isabel, é o próprio Daibert quem afirma que essa sua característica foi utilizada como argumento contrário ao Terceiro Reinado, haja vista a repercussão da famosa “Questão Religiosa”, que nos anos de 1870 fez emergir um debate sobre a autonomia do poder civil temporário frente às decisões da Igreja, dentro de um Estado oficialmente católico no qual o padroado dava ao imperador a última palavra sobre qualquer bula pontifícia.

D. Isabel teria agido a favor dos bispos que obedeceram ao papa e não ao governo; esse tipo de catolicismo era denominado de ultramontano. Daibert chama o ultramontanismo de D. Isabel de “resposta reacionária ao mundo moderno em processo de laicização” (DAIBERT JUNIOR, Robert *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 372). O que Bruno aponta, porém, é que Daibert não se aprofunda no que teria sido o alegado reacionarismo de D. Isabel e em ações que poderiam justificar essa caracterização. O termo é mais problemático no caso de D. Isabel, porque o reacionarismo era característica associada aos escravocratas, como lembra Bruno de Cerqueira. Ele retoma José Ortega y Gasset para afirmar que tanto reacionários como revolucionários “se enojam do presente e pretendem viver ou o que passou ou o que ainda não veio, em típica fantasia estéril” (ORTEGA Y GASSET, José *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 373). De fato, a caracterização da princesa imperial como reacionária está baseada em sua forma de religiosidade e em tudo que se refere a ela. Porém, a Lei Áurea foi considerada por muitos como “revolucionária”, de forma que a batalha em torno da caracterização da personagem é semântica, apenas, como ressalta Bruno de Cerqueira.

Aspecto fundamental e talvez o mais importante que surge na análise a respeito das pesquisas de Robert Daibert Junior se refere à posição dos próprios negros ex-escravizados em relação à D. Isabel e à Monarquia. Sobrevive até hoje um aspecto do emaranhado historiográfico a respeito de D. Isabel que atravessou gerações e que teve em Ruy Barbosa um de seus maiores disseminadores. Como lembra Daibert Junior, o jurista brasileiro se revoltava com a fidelidade que grande parte dos negros devotava à dinastia bragantina. São palavras do próprio Ruy Barbosa: “Ao manipanso grotesco das senzalas, próprio para a gente da África, sucedia o fetichismo da idolatria áulica, digna de uma nação de libertos inconscientes” (DAIBERT JUNIOR, Robert *apud* ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 360). Daibert ressalta que Ruy Barbosa ignorava a forte concepção monárquica e aristocrática que prevalecia nas mais variadas etnias africanas que se mesclavam aqui no Brasil. A fidelidade à realeza, mesmo que branca, que havia agido para garantir sua liberdade era, entre outras coisas, uma fidelidade militar que, segundo Bruno de Cerqueira, está relacionada à formação da Guarda Negra da Redentora, formada por negros ex-escravizados para defender o Terceiro Reinado. Porém, não seria correto afirmar que as alianças entre a maior parte dos ex-escravizados e a Monarquia era simplesmente uma inércia tradicionalista cultural africana. Havia um cálculo bastante perspicaz no sentido de cuidar de seus próprios interesses, segundo Bruno de Cerqueira. Havia uma noção muito clara de que suas maiores chances de uma vida digna giravam em torno da continuidade da Monarquia sob os auspícios de D. Isabel, não apenas porque ela havia assinado a Lei Áurea, mas, provavelmente, porque sentiam que as ações da princesa e das pessoas que a cercavam, inclusive politicamente, ofereciam um horizonte muito mais seguro do que uma República cujos entusiastas se calavam e se omitiam, ou até mesmo reagiam contra a abolição. Os negros sabiam o que era o movimento abolicionista. Então, se somarmos o aspecto cultural e político das etnias africanas, que não concebiam uma República, ao contexto político que acabamos de citar, é bem possível que o apoio dos ex-escravizados à Monarquia de D. Isabel não fosse um “fetichismo da idolatria áulica”, “próprio da gente da África”, “digna de uma nação de libertos inconscientes”, como afirmava Ruy Barbosa. Havia, provavelmente, um altíssimo grau de consciência.

Os textos autobiográficos de D. Isabel, apresentados ao leitor depois de quase todo o livro, nos permitem uma percepção muito mais madura de seus escritos, em especial no que se refere ao contexto em que foram produzidos e, posteriormente, recuperados. “Memória para os meus

filhos” é um texto escrito para detalhar os momentos que D. Isabel viveu e testemunhou durante o processo de instauração da República, mas nem sequer havia sido nomeado com o título que conhecemos hoje. Trata-se de um texto publicado pela primeira vez em 1957, por Raymundo Magalhães, em seu livro *Deodoro: a espada contra o Império*, e teve o seu título atribuído ao pesquisador Guilherme Auler, pernambucano radicado em Petrópolis. Já o texto “Alegrias e Tristezas”, que dá nome ao livro, assim como as retificações que D. Isabel lhe inseriu posteriormente, provavelmente datam de 1908, e Bruno de Cerqueira lança hipóteses interessantes sobre o porquê de ela escrever naquele momento. Trata-se do ano em que seu filho D. Luiz tentou desembarcar no Brasil em pleno banimento da família imperial, mas foi terminantemente proibido pelo STF, com grande proselitismo de Ruy Barbosa. Foi o ano em que seus filhos se casaram e ela pôde sentir que estava perto de transmitir a chefia da Casa Imperial. Bruno lembra também que 1908 foi o ano do Regicídio em Portugal, quando seus primos-sobrinhos D. Carlos I e seu primogênito D. Luiz Filipe foram assassinados no Terreiro do Paço. Sobre a retificação, ela mesma dá indícios de que teria sido motivada pela leitura de artigos a respeito de seu avô e de seu pai, dos quais não teria gostado. Importante é que “*Joies et Tristesses*” é um resumo bastante curto de sua trajetória, mas que deixa transparecer um certo cuidado com a imagem que transmitiria por meio dele. Como ressalta Bruno de Cerqueira (e o próprio conde d’Eu, que rasura por cima do texto), D. Isabel omite a solenidade em que recebeu a Rosa de Ouro enviada pelo Papa, assim como as datas de sua Primeira Comunhão e Crisma, provavelmente tomando cuidado para não fornecer armas àqueles que, há tanto tempo, a classificavam como beata, fanática e submissa ao Vaticano, desmerecendo assim sua capacidade de reinar.

Apesar de analisar todos os principais trabalhos a respeito de D. Isabel, Bruno de Cerqueira expressa em diversas oportunidades que ainda está para chegar uma verdadeira biografia da personagem. Isso porque existe uma fase em sua vida que ainda não foi explorada, a despeito de sua duração de 32 anos: o exílio. D. Isabel é a brasileira a permanecer mais tempo exilada em nossa História, não apenas de forma objetiva e concreta, mas também no âmbito daquilo que Cerqueira chamou de “o exílio do exílio”, ou seja, o quase total abandono dessa fase de sua vida pelos pesquisadores. Neste capítulo, quase derradeiro, chamado “O exílio do exílio: o não-lugar de D. Isabel em 32 anos de desterramento”, o autor não se propõe a preencher as lacunas da historiografia, mas a pontuar as “indicações para os futuros pesquisadores” (ANTUNES DE

CERQUEIRA; ARGON, 2019, p. 490). Não apenas nesse capítulo, mas ao longo de toda a obra, as referências à época do exílio de D. Isabel tornam ainda mais válidas as nomenclaturas criadas e utilizadas pelo autor para separar aquilo que versa sobre D. Isabel daquilo que pertence a ela mesma, ou seja, diferir o que é isabelino do que é isabelista. No exílio, ela foi acompanhada por muitos isabelistas, pessoas que acreditavam em D. Isabel e nutriam uma certa devoção ao que ela representava. Mesmo depois de sua morte e até os dias de hoje podemos falar de isabelistas. Os estudos em questão e tudo que se refere a ela, mormente quando se enfoca sua voz, podem ser chamados de isabelinos. Debruçar-se sobre o tempo do exílio, tão duro para ela quanto para os seus descendentes, período no qual ela perdeu dois dos seus três filhos, é se debruçar sobre a persistência do isabelismo e alargar as bases dos estudos isabelistas.

Os apontamentos do autor sugerem que D. Isabel era *persona* importantíssima na sociedade francesa do início do século passado. Era presidenta, como ela mesma se grafou, do “Comitê de Damas” da Sociedade Antiescravagista Francesa. Assim como no Brasil, mantinha estreitas relações com artistas e literatos, tendo recebido cartas da rainha da Romênia lhe pedindo para inserir artistas romenos na Paris da *Belle Époque*. Isso sem falar das correspondências com os monarquistas brasileiros e sua oposição ferrenha a tentativas armadas de contragolpe para restaurar seu trono. Como ressalta Cerqueira, existe um acervo enorme de correspondências que ainda estão por serem descobertas e traduzidas do francês para o português. São milhares de correspondências no Arquivo Histórico do Museu Imperial com possibilidade de revelar fatos significativos a respeito da personagem, de sua relação com a sociedade francesa e com o Brasil. Afinal, desde seu exílio, ela trabalhou para a finalização da catedral de Petrópolis, pelo erguimento do Cristo Redentor, no Corcovado, e manteve contato com importantes personalidades, dentre eles, muitos nomes da política imperial que se recusaram a aceitar a República. E este é um ponto derradeiro na obra, mas obviamente não menos importante.

O leitor e o pesquisador podem encontrar em “Alegrias e Tristezas” um quadro completo com os nomes e as nanobiografias de todos os “titulares isabelinos”, ou seja, todos aqueles que receberam de D. Isabel (antes da queda da Monarquia, naturalmente) os títulos de nobreza. Na análise desses dados, Bruno de Cerqueira e Fátima Argon expõem uma conclusão que também pode nos apontar novos caminhos: 40% desses titulares seguramente não aderiram à República, contra 11% que certamente aderiram (ANTUNES DE CERQUEIRA; ARGON, 2019, p.

817). A outra metade se divide entre aqueles que apenas se resignaram e aqueles de que não se sabe notícia, mas que provavelmente aderiram. Não apenas o número, mas a análise das carreiras políticas de tantos nomes fortes do Império, mostram que o Quinze de Novembro selou o final da carreira de grande parte da classe política. E aí existe uma sutileza importante: quando se afirma que a adesão à República foi enorme e quase automática por grande parte da classe dirigente brasileira, com certeza não se considera o recorte trazido pelos autores. Não se havia analisado os números daqueles nobres isabelinos que formariam a nobreza do Terceiro Reinado. É o mesmo problema, já abordado anteriormente, de entender que a República não foi um golpe contra a Monarquia em geral, mas, exclusivamente, contra o Segundo Reinado. Do ponto de vista do prognóstico de um futuro que nunca chegou, a construção de uma nobreza que se formava ao redor de D. Isabel era a construção de uma nova base de apoio formada por muitos daqueles que acreditavam no seu reinado. A ser analisada a partir dessa ótica, a rejeição ao novo regime foi bastante significativa, ao contrário do que pode nos dizer uma primeira impressão.

Muito mais não se pode dizer sobre a obra sem correr o risco de tentar inutilmente transmitir tudo o que ela aporta. Os autores jogam para o século XIX questões baseadas em características prementes de nosso tempo, sem decair no anacronismo. Isso porque são as perguntas que eles fazem que representam nossa contemporaneidade, mas não há julgamentos ou conclusões determinadas por olhares presos às tendências atuais. A obra apresenta muitos dados relevantes e caminhos apontados para o preenchimento de tantas lacunas. O índice remissivo é um esforço gigantesco dos autores para facilitar a busca por temas e personagens específicos, sendo dignos de referência muitos dos problemas que, hoje, instigam os historiadores do pós-Abolição. Da mesma forma, a “Cronologia isabelina e isabelista” apresenta detalhes mais ricos a respeito de todos os acontecimentos correlacionados à trajetória de D. Isabel até os dias de hoje.

A disputa concernente às narrativas e à imagem projetada da personagem persiste. Via de regra, tal disputa está ancorada no anacronismo e é alimentada por verdadeiros “partidários” dos personagens históricos, com pouco ou nenhum substrato de pesquisa. Trata-se de uma simplificação que serve a outros interesses. A História, com suas relações políticas e sociais, forma uma teia demasiadamente complexa, da qual o trabalho de Fátima Argon e Bruno de Cerqueira é prova cabal.

## Referências

- ANTUNES DE CERQUEIRA, Bruno da Silva; ARGON, Maria de Fátima Moraes. *Alegrias e Tristezas: estudos sobre a autobiografia de D. Isabel do Brasil*. São Paulo: Linotipo Digital e Instituto Cultural D. Isabel, 2019.
- ALMEIDA, Tito Franco. *O Conselheiro Francisco José Furtado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1944.
- ABRÊU, Eide Sandra Azevêdo. *O evangelho do comércio universal*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BARMAN, Roderick. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Unesp, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. “Representação política no Império: crítica à ideia do falseamento institucional”. In: LAVALLE, A. G. (org.). *O horizonte da política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. p. 97-142.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. volume 7. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- TASINAFO, Célio Ricardo. “Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868”. In: OLIVEIRA, Cecília Helena Lorenzini Salles de; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FERRAZ, Sergio Eduardo. *O Império revisitado: instabilidade ministerial, câmara dos deputados e Poder Moderador (1840 – 1889)*. 355 p. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2011.